

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 417.877 - SP (2013/0350908-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE JUNDIAÍ VÁRZEA PAULISTA E CAMPO PAULISTA
ADVOGADO : VALTENCIR PICCOLO SOMBINI E OUTRO(S) - SP123416
AGRAVADO : SANTA ÂNGELA URBANIZAÇÃO E CONSTRUÇÕES LTDA
ADVOGADO : ALESSANDRA MARETTI E OUTRO(S) - SP128785

DECISÃO

Trata-se de agravo em face de decisão que inadmitiu recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO DE JUNDIAÍ VÁRZEA PAULISTA E CAMPO PAULISTA contra o v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PERÍCIA CONTÁBIL. IMPUGNAÇÃO A QUESITOS. PRECLUSÃO. RECURSO NÃO PROVIDO.

- 1. A decisão recorrida não acolheu impugnação a quesitos em razão de preclusão temporal.*
- 2. O agravante, durante quatro anos, teve diversas oportunidades para eventual impugnação, não demonstrando qualquer impedimento para tanto.*
- 3. Agravo de instrumento não provido" (e-STJ, fl. 222)*

Nas razões do recurso especial, a ora agravante aponta violação aos arts. 130, 421 e 426 do Código de Processo Civil/73, bem como divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, a) *"não haveria que se falar em preclusão, diante do entendimento que, para apresentação ou impugnação de quesitos, o prazo não é preclusivo"* (e-STJ, fl. 236); e b) *"deveria o próprio MM Juízo "a quo" indeferir os quesitos em questão, de ofício, não sendo necessária nem mesmo a intervenção do recorrente"* (e-STJ, fl. 240).

Contrarrazões apresentadas as fls. 266/273.

Sobreveio o juízo de admissibilidade do Tribunal de origem, que inadmitiu o recurso especial, o que ensejou a interposição do presente recurso.

É o relatório. Passo a decidir.

Cumprе salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado

2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Como sabido, o prequestionamento é requisito de admissibilidade do apelo especial, uma vez que compete ao eg. STJ julgar, em sede de recurso especial, conforme dicção do art. 105, III, da Carta Magna, somente as causas decididas, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios.

Na espécie, tem-se que os temas referentes à suposta violação aos arts. 130 e 426 do Código de Processo Civil não foram apreciados pelo eg. Tribunal *a quo*, acarretando a ausência de prequestionamento desses dispositivos legais. Ademais, não foram opostos embargos de declaração em face do o. v. acórdão que julgou a apelação, para fins de prequestionar essas normas.

Nesse diapasão, nessa parte o apelo nobre não merece conhecimento, em face da incidência, por analogia, do óbice da Súmula 282 e 356 do STF.

Nesse sentido:

"AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REAJUSTE DE BENEFÍCIO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO E INVIABILIDADE DE ANÁLISE DE INSTRUMENTOS CONTRATUAIS E CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Os temas insertos nos arts. 42 da Lei 6.435/77 e 21 do Decreto 81.240/78, tidos por contrariados, não foram objeto de debate no acórdão recorrido, tampouco foram opostos embargos de declaração a fim de suprir eventual omissão. É entendimento assente neste Superior Tribunal de Justiça a exigência do prequestionamento dos dispositivos tidos por violados, ainda que a contrariedade tenha surgido no julgamento do próprio acórdão recorrido. Incidem, na espécie, as Súmulas 282 e 356 do Supremo Tribunal Federal.

(...)

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no REsp 1693829/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe

16/02/2018 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANO MORAL. CONFIGURAÇÃO DO ATO ILÍCITO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

(...)

4. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1107715/MG, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 18/12/2017 - grifou-se)

Em relação à admissibilidade do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional, esta eg. Corte de Justiça tem decidido, reiteradamente, que, para a correta demonstração da divergência jurisprudencial, deve haver o cotejo analítico, expondo-se as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, a fim de demonstrar a similitude fática entre os acórdãos impugnado e paradigma, bem como a existência de soluções jurídicas díspares, nos termos dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, § 2º, do RISTJ.

Contudo, na hipótese dos autos, não houve essa demonstração.

Da análise dos autos, denota-se que as circunstâncias fáticas expostas nos acórdãos paradigmas divergem do que foi exposto no aresto vergastado. No caso, ora em análise, observa-se que as instâncias ordinárias fundamentaram suas decisões sob o argumento de que em que pese o prazo referido no artigo 421, § 1º do Código de Processo Civil/73, não ser preclusivo, tal dispositivo estabelece prazo tão somente para a indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos, restando silente a respeito da impugnação dos mesmos. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes excertos do v. acórdão vergastado:

"Primeiramente, deve-se esclarecer que cabe ao legislador a determinação de prazos, quando da elaboração das leis, bem como ao Magistrado, na 'ausência de previsão legal. Assim, necessário o afastamento d inovação pretendida pelo agravante, qual seja, a aplicação do prazo disposto rio art. 421, §1º, CPC, para a

impugnação. Isso porque o referido artigo estabelece prazo tão somente para a indicação de assistente técnico e apresentação de quesitos. Silente o código a respeito da impugnação dos mesmos. (...) O prazo do art. 421, §1º, CPC, não possui caráter preclusivo, conforme posicionamento do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, exarado no Agravo de Instrumento nº 0080480-48.2012.8.26.0000 (Rel. Des. Enio Zuliani, 4ª Câmara de Direito Privado, j. 14/06/2012), com diversos precedentes do Superior Tribunal de Justiça." (e-STJ, fls. 223/224)

Por outro lado, os acórdãos paradigmas tratam de julgados que consideraram, que o prazo estabelecido no referido artigo (421, § 1º do CPC) não sendo preclusivo, não impede a indicação de assistente técnico ou a formulação de quesitos a qualquer tempo, pela parte adversa, desde de que não iniciados os trabalhos periciais. Tal situação não está retratada no caso em debate.

É o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA. DANOS MORAIS. RECOLHIMENTO DE CUSTAS INICIAIS A MENOR. COMPLEMENTAÇÃO. INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA REGULARIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o recolhimento parcial das custas processuais não enseja, de imediato, a pena de deserção, devendo a parte ser intimada para complementar o valor pago.

2. A ausência de similitude fática entre os arestos confrontados impede o conhecimento do recurso especial com fundamento na existência de dissídio jurisprudencial.

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1175872/SP, Rel. **Ministro LÁZARO GUIMARÃES** (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 01/03/2018, DJe 09/03/2018 - grifou-se)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Para análise da admissibilidade do recurso especial pela

alínea "c" do permissivo constitucional, é necessário similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma confrontado, de forma a evidenciar o dissídio jurisprudencial.

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

3. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou as provas contidas no processo para concluir que a posse do imóvel era clandestina, além de afirmar ter ocorrido cancelamento de titulação da área pelo Estado. Alterar esse entendimento demandaria o reexame do conjunto probatório do feito, vedado em recurso especial.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 581.544/TO, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 07/11/2017, DJe 13/11/2017 - grifou-se)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator